ANEXO III

PROTEÇÃO DE DADOS

Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o (a) **REQUERENTE** tem acesso a dados pessoais de empresários, sócios e administradores, solicitados no Requerimento, que são obrigatórios pela legislação para registro de empresa mercantil, estabelecidos pela Lei nº 8.934, de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 1996, e pelas Instruções Normativas e orientações técnicas expedidas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, disponibilizados pela Junta Comercial do Estado do Espirito Santo - **Jucees**.

* 1. O (A) **REQUERENTE** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais disponibilizados pela **Jucees.**
	2. O (A) **REQUERENTE** declara que o acesso aos dados mencionados no caput atenderá o princípio da finalidade, conforme art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018, descritos no item III do Termo de Uso e Responsabilidade.
	3. É vedado ao (a) **REQUERENTE** utilizar todo e qualquer dado disponibilizado pela **Jucees** para finalidade distinta daquelas descritas no Termo de Uso e Responsabilidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
	4. A **Jucees** garante que os dados compartilhados com o (a) **REQUERENTE** estarão amparados por uma base legal válida, legítima e adequada para a (s) finalidade (s) previstas no Termo de Uso e Responsabilidade em questão, na forma autorizada pela legislação.

1.5. Os dados serão tratados unicamente pelo (a) **REQUERENTE** sem compartilhamento com outros operadores.

* 1. O (A) **REQUERENTE** deverá manter registro das atividades de tratamento de dados pessoais que executar.
	2. O (A) **REQUERENTE** cumprirá todas as determinações legais para proteção dos dados que estiverem em sua custódia, atendendo especialmente aos princípios de adequação, necessidade e finalidade, e limitará internamente o acesso aos dados aos colaboradores estritamente necessários ao atendimento da finalidade.
	3. O (A) **REQUERENTE** se compromete a tomar todas as medidas de segurança adequadas para prevenir o acesso não autorizado.

As medidas exigidas pela Jucees são:

1. Programa de conformidade, conforme art. 50 da Lei nº 13.709/2018.
2. Sistemas com restrição e registro de acesso por usuário.
3. Termo de confidencialidade com todos os colaboradores que possam ter acesso aos dados objeto deste Termo.
4. Política de privacidade e instruções internas sobre utilização de dados.
5. Possibilidade de detecção de vazamentos ou acessos não autorizados, bem como plano de resposta a incidentes de segurança.
6. Controles internos que testem regularmente a efetividade das medidas de segurança adotadas.
	1. O (A) **REQUERENTE** se compromete, em nome de seus dirigentes e colaboradores, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais disponibilizados pela **Jucees,** em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018.
	2. O (A) **REQUERENTE** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo dos dados disponibilizados a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos.

1.11 O (A) **REQUERENTE** deve assegurar-se de que seus dirigentes/colaboradores, que no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento dos dados, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

* 1. O (A) **REQUERENTE** adotará técnicas e padrões razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento, para guarda segura dos dados pessoais disponibilizados pela **Jucees,** em consonância com o disposto no art. 46 da LGPD.
	2. A qualquer tempo, a **Jucees** poderá realizar auditoria nas dependências do (a) **REQUERENTE,** bem como solicitar esclarecimentos e documentos, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança exigidas por meio deste Termo.
	3. A **Jucees** poderá requerer a interrupção do tratamento dos dados, caso detecte qualquer inconformidade com o presente Termo ou com as exigências legais ou regulatórias sobre tratamento de dados.
	4. Nos termos do art. 18 da LGPD, o titular dos dados pessoais tem direito a obter da **Jucees** e do Requerente, a qualquer tempo e mediante requisição simplificada, a confirmação da existência de tratamento; o acesso aos dados; a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei; a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador; a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD; a informação das entidades públicas e privadas com as quais a Jucees realizou uso compartilhado de dados; a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e a revogação do consentimento, nos termos do art. 8º, § 5º, da LGPD.
	5. O (A) **REQUERENTE** fica obrigada a comunicar à **Jucees** , em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, com a comunicação aos titulares de dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
	6. O (A) **REQUERENTE** responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, disponibilizados**,** por inobservância à LGPD.
	7. Caso o (a) **REQUERENTE** não cumpra quaisquer das obrigações aqui estabelecidas, o presente Termo terá suspensa a sua execução.
	8. O (A) **REQUERENTE** realizará o tratamento de dados enquanto perdurar o presente Termo, se comprometendo à exclusão dos dados pessoais que foram disponibilizados durante a execução do Termo, sem retenção de qualquer cópia ou backup de tais dados, salvo nos casos de necessidade de guarda das informações, para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.
	9. Todas as comunicações que versem sobre proteção de dados deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por e-mail, encaminhadas para gabinete@jucees.es.gov.br

(representante legal do Requerente) Diretor-Geral da Jucees